



A AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO

DOI: 10.5281/zenodo.15239144

Emanuela Ingrid da Silva

Pesquisadora de temáticas educacionais

Márcia Betânia de Souza

Pesquisadora de temáticas educacionais

Maria de Lourdes Medeiros Fernandes

Pesquisadora de temáticas educacionais

Maria Francinaide Gomes de Oliveira

Pesquisadora de temáticas educacionais

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma discussão acerca dos dilemas atuais em torno da constituição dos currículos escolares. Estudar o currículo é buscar conhecer suas relações estabelecidas através das práticas pedagógicas que são frutos de um processo de construção e de desconstrução, envolvendo determinantes sociais e políticas, cujas intencionalidades e significados demandam de reflexão sobre o cotidiano escolar. Essa reflexão sobre as teorias constitui-se como relevante por permitir uma compreensão das intenções que direcionam a ação pedagógica por meio das práticas em nossas escolas. Precisamos conhecer as diferentes perspectivas curriculares presentes nos processos educacionais que expressam em seus discursos e práticas intencionalidades no campo da Educação com lógicas definidas. Para Magalhães (2011), a inclusão de alunos com deficiência na escola regular ocorre em um território chamado currículo e diz respeito a aspectos explícitos e implícitos do que se deseja ensinar as gerações mais jovens. Sem dúvida, o currículo não se encerra na proposta pedagógica em si, mas associa-se, outrossim, à forma como os professores(as) compreendem e lidam com a deficiência e com as diferenças de seus alunos. Para a autora, na escola inclusiva, ensinar as crianças com deficiência pode ser encarado como um desafio institucional e profissional na construção de respostas educativas diversificadas.

Palavras-chave: Escola, Currículo, avaliação, inclusão

1-INTRODUÇÃO

A avaliação educacional desempenha um papel crucial no processo de ensino e aprendizagem, sendo um elemento essencial para garantir a inclusão e o desenvolvimento de todos os estudantes. Através de uma avaliação justa e adaptada às necessidades individuais, é possível identificar dificuldades, orientar práticas pedagógicas e assegurar uma educação de qualidade para todos.

No contexto da educação inclusiva, a avaliação deve ser vista como um instrumento



que favorece a aprendizagem e não apenas como uma ferramenta de mensuração do desempenho. Para isso, é necessário repensar as práticas avaliativas, garantindo que sejam flexíveis e respeitem a diversidade dos alunos.

Na educação, existem três principais tipos de avaliação: a avaliação Diagnóstica, a avaliação Formativa e a avaliação Somativa. Diagnóstica é realizada no início do processo de ensino e aprendizagem e tem como objetivo identificar o nível de conhecimento e as dificuldades dos alunos antes do início das atividades. Já a avaliação formativa ocorre durante o processo de aprendizagem, com o objetivo de acompanhar o progresso do aluno e fornecer feedback contínuo, ocorre ao final de um ciclo de aprendizagem, com o objetivo de avaliar o aprendizado global do aluno em um determinado período (por exemplo, ao final de um semestre ou ano letivo)

2-A AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

A avaliação educacional é um processo essencial para garantir a aprendizagem de todos os estudantes, especialmente no contexto da inclusão. Ao considerar as necessidades individuais de cada aluno, a avaliação permite identificar dificuldades, promover adaptações pedagógicas e garantir que todos tenham acesso a um ensino de qualidade.

No contexto da educação inclusiva, a avaliação deve ser compreendida como um instrumento de suporte à aprendizagem, não apenas como uma ferramenta de mensuração do desempenho. Isso significa que ela deve ser flexível, considerando diferentes métodos e abordagens que respeitem a diversidade dos estudantes.

Uma avaliação inclusiva deve levar em conta as particularidades de cada aluno, oferecendo alternativas como provas adaptadas, atividades práticas, avaliações orais e projetos interdisciplinares. Além disso, deve-se priorizar a avaliação formativa, que permite um acompanhamento contínuo e possibilita intervenções pedagógicas eficazes.

É importante destacar o quanto algumas escolas acabam apenas integrando educandos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dentro da instituição, na qual não garantem de fato a aprendizagem e desenvolvimento daquele educando, negando um direito garantido pela Lei nº 9.394/1996 em que asseguram a esses alunos em seu artigo 59º, inciso I “Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às

ISSN: 3085-5578 115-121p

suas necessidades”.

Com isso, sabe-se que avaliação para a inclusão também está relacionada às políticas educacionais. Escolas e gestores devem garantir que as práticas avaliativas sejam justas e equitativas, promovendo a participação ativa dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Os currículos das escolas devem ser adaptados e pensados na inclusão desses educandos em todo o âmbito educacional, oferecendo recursos específicos e respeitando as necessidades individuais de cada um.

Dentro do exposto, vale destacar sobre a importância do Plano Educacional Especializado – PEI, que garante eficazmente a inclusão do educando e facilidade no acompanhamento da aprendizagem do aluno. Trata-se de um documento pedagógico na qual reúne as dificuldades do educando, as possibilidades de aprendizagem, os instrumentos que serão utilizados com ele e definem objetivos claros, estratégias, formas de avaliação adequada, garantindo o pleno acesso, aprendizagem, desenvolvimento e a participação do estudante.

Sendo assim, a avaliação inclusiva é um instrumento fundamental para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades de aprendizado. Quando realizada de maneira adequada, ela contribui para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos, fortalecendo uma educação mais igualitária e acessível a todos.

Em suma, a avaliação, enquanto processo, tem como finalidade uma tomada de posição que direcione as providências para a remoção das barreiras identificadas, sejam as que dizem respeito à aprendizagem e/ou à participação dos educandos, sejam as outras variáveis extrínsecas a eles e que possam estar interferindo em seu desenvolvimento global. A tradicional finalidade de controle, por meio da avaliação como aferição realizada no dia da prova ou dos exames, é substituída por práticas de contínuas observações, registros e análises do que for coletado, em todos os espaços de aprendizagem, particularmente, na escola.

“[...] as práticas de avaliação desenvolvidas, baseadas, em sua maioria, em medidas qualitativas que consideram o processo e valorizam o produto final do aprendizado escolar, têm-se constituído em práticas pouco favoráveis à inclusão”. (VALENTIM; OLIVEIRA, p. 853, 2013)

O ato de avaliar está presente em nosso cotidiano, pois é uma ação inerente às atividades humanas e tem por objetivo identificar, aferir, investigar e analisar um determinado fato, situação ou processo.

A avaliação da aprendizagem escolar se faz presente na vida de todos nós que, de alguma forma, estamos comprometidos com atos e práticas educativas. Pais, educadores, educandos, gestores das atividades educativas públicas e particulares, administradores da educação, todos, estamos comprometidos com esse fenômeno que cada vez mais ocupa espaço em nossas preocupações educativas. **Cipriano Carlos Luckesi.**

- A avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos.
- Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam.

2.1 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DO CURRÍCULO

Ao discutirmos os diferentes olhares sobre o currículo, verificamos que ele assume significados diferentes, não há um conceito fechado; assim, o currículo pode ser direcionado aos conteúdos programáticos de uma disciplina, isto numa visão reducionista; ou trazer uma perspectiva ampla que envolve as experiências dos sujeitos escolares.

A palavra currículo possui origem no latim e significa percurso, corrida, não é neutro e sim vivo, cujo conceito assume diferentes visões, algo que mudará de acordo com as teorias e seus autores. Nessa perspectiva, buscamos um olhar diferenciado nesse processo. Trazemos aqui de forma sucinta as teorias do currículo tradicional, crítico e pós-estruturalista, isto é, por entender que elas possuem diferentes concepções de homem, de sociedade e de educação; ainda mais porque evidenciam disputas de poder em seus diferentes interesses e influenciam nisso o fazer educacional.

Dessa forma, no olhar dessas diferentes noções e na leitura com o contexto em que vivemos, vamos refletindo o conhecimento das suas teorias-práticas na busca de compreendermos as experiências dos sujeitos. O currículo e a avaliação são elementos essenciais do processo educacional e devem estar alinhados para garantir uma educação eficaz e inclusiva.

Consoante a isso, GADOTTI (2019, p.69) faz um paralelo entre avaliação e o currículo



ao defender que “a avaliação não pode colonizar o currículo”, pois essa não pode submeter ou dominar o currículo escolar e sim acompanhá-lo, pois assim, o currículo perde sua função formativa e crítica. Ainda, segundo o autor, a mensuração (quantificação) da avaliação deve ser vista como uma parte do processo e não um fim em si própria, devendo essa considerar o diagnóstico (o que esse aluno sabe), formativo (ajudar o aluno a progredir) e inclusiva (considerando o ritmo e o contexto individual de cada educando).

O currículo define o que deve ser ensinado, enquanto a avaliação verifica se os objetivos educacionais estão sendo alcançados. Em um contexto de educação inclusiva, essa relação se torna ainda mais relevante, pois permite adaptações que asseguram o aprendizado de todos os estudantes, independentemente de suas condições.

Os estudos construtivistas de Jean Piaget revelam que a mente humana evolui em etapas de desenvolvimento, sendo assim, a função da escola é coordenar o processo de ensino e de aprendizagem de acordo com as fases de desenvolvimento, tendo como pano de fundo a interação social.

Os estudos socioculturais de Lev Vygotsky evidenciam que há uma interligação e interdependência entre a aprendizagem e o desenvolvimento, por isso a função da escola é desenvolver processos de integração e interação social, em que possam ser socializadas experiências e conhecimentos.

Os estudos psicogenéticos de Henry Wallon enfatizam que há uma intrínseca relação de cunho biológico, cognitivo, afetivo e social para o desenvolvimento humano, assim sendo, cabe à escola desenvolver o aluno em suas múltiplas dimensões, com suporte na interação social.

O currículo aberto e flexível ▪ assegura o respeito ao processo criativo dos professores no desempenho de suas atividades profissionais. ▪ Adota o princípio de ajustar a ação educativa às necessidades específicas dos alunos e às características do contexto social, cultural, geográfico no qual a proposta curricular é desenvolvida. ▪ Propõe a interação permanente entre o sistema e seu entorno, integrando as influências externas ao próprio desenvolvimento do programa educacional, aberto a um contínuo processo de revisão e reorganização. ▪ Rompe com a divisão tradicional entre disciplinas e são incentivadas atividades de aprendizagem interdisciplinares.

“Neste lugar, nós educadores, temos que acolher (receber o educando), nutrir (oferecer-lhe o melhor de nós mesmos em termos de informação, procedimentos, valores, afetividade), sustentar (garantir condições para que aprenda; em termos

psicológicos, tempo, atendimento) e confrontar (nem tudo está adequado; é possível mostrar outra possibilidade) o educando, para que ele possa, passo a passo, constituir-se a si mesmo e, nesse processo, tomar posse de si.”
Cipriano Luckesi

Hofman (1991) tem uma visão ampla sobre **avaliação**, destacando que ela não deve ser vista apenas como um instrumento de medição de desempenho, mas como um **processo contínuo e reflexivo** que visa à melhoria da aprendizagem e das práticas educacionais.

Principais ideias de Hofman sobre avaliação:

1. **Processo contínuo** – A avaliação não deve ser um evento isolado, mas algo constante ao longo do aprendizado.
2. **Caráter formativo** – Deve servir para orientar tanto alunos quanto professores na busca por melhorias.
3. **Mais do que notas** – Não deve se restringir à atribuição de conceitos ou números, mas considerar a evolução do estudante.
4. **Reflexão e feedback** – Deve permitir que os envolvidos reflitam sobre seus desempenhos e recebam orientações construtivas.
5. **Diversidade de instrumentos** – Deve utilizar diferentes métodos, como observação, autoavaliação, trabalhos em grupo e provas.

Hoffman defende uma abordagem **mais humanizada** da avaliação, focada no desenvolvimento integral dos indivíduos, e não apenas em classificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação inclusiva tem um impacto direto na promoção da equidade educacional, pois permite que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a oportunidades de aprendizagem.

Quando bem estruturada, a avaliação se torna um meio de empoderamento dos estudantes, promovendo o reconhecimento de suas potencialidades e auxiliando na construção de um sistema educacional mais justo e acessível.

A avaliação é um instrumento essencial para garantir a inclusão e o sucesso educacional de todos os estudantes. Para que seja eficaz, deve ser conduzida de maneira flexível, considerando as necessidades individuais e adotando práticas



diversificadas. Assim, é possível construir uma educação mais equitativa, onde todos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidad, 1993.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

GADOTTI, Moacir. **A escola dos meus sonhos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

GATTI, Bernadete. A.; BARRETO, E. S. de S.; ANDRÉ, Marli. E. D. de A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado e OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. **Avaliação da aprendizagem e deficiência intelectual na perspectiva de professores do ensino comum**. *Rev. Diálogo Educ.* [online]. 2013, vol.13, n.40, pp.851-871. ISSN 1981-416X

WALLON, H. **Psicologia e Educação na Infância**. São Paulo: Loyola, 2000.